

Intervenção Joana Rodrigues

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e restantes membros da mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados

E digníssimos portuenses e membros das colectividades aqui presentes

Pretendemos abordar este tema do movimento associativo, solicitando a convocatória desta AM extraordinária, não apenas pela importância do tema em si, mas também para que esta mesma Assembleia se torne um fórum de debate e possa assim contribuir para a dinamização do movimento associativo na nossa cidade.

O movimento associativo popular é uma realidade profundamente enraizada e estruturada em todo o território nacional, constituindo um grande espaço de intervenção social na vida local. É também um espaço de democracia participativa, escola de formação e participação colectiva.

Antes do 25 de Abril de 1974, já as colectividades exerciam, por vezes com grandes dificuldades, o direito de livre associação, de reunião, de expressão e de opinião e foram, por isso, polos de grande resistência anti-fascista.

Com a Revolução de Abril, o Movimento Associativo Popular conheceu um novo e diversificado crescimento, nomeadamente no que se refere às colectividades de cultura, recreio e desporto, bem como com o surgimento de associações de âmbito social, de reformados, pessoas com deficiência, associações juvenis e de estudantes, associações ambientais, associações de moradores, associações de pais, entre muitas outras.

No Porto, teve particular importância o movimento das associações de moradores que meteram mãos à obra na construção de habitação social para os seus associados que viviam em péssimas condições.

Ainda hoje, é insuficiente o reconhecimento do seu importante papel na construção de cerca de mil novas habitações. Por isso, vamos continuar a insistir na resolução do direito de superfície onde ainda não exista e no alargamento da isenção do IMI.

É inegável a significativa proximidade que o Movimento Associativo Popular tem às comunidades onde se insere, bem como, fruto dessa mesma proximidade, o conhecimento das necessidades, vivências e realidades das comunidades locais.

É inegável também que um dos pilares do Movimento Associativo se prende com a sua autonomia e independência. No entanto, é possível e desejável que a sua actividade seja enquadrada por forma a serem claras as regras de funcionamento e relação institucional, sobretudo na sua relação com o Poder Central e Local.

As alterações sociopolíticas e também culturais foram condicionando e dificultando a intervenção das associações e colectividades.

Adicionando a estas dificuldades, e para além do abandono (e mesmo boicote) a que o Movimento Associativo e Popular foi votado pelos sucessivos Governos, assistimos, nos últimos anos, a políticas municipais que em muito contribuíram para o definhamento de várias associações e colectividades. Medidas como o agravamento da carga fiscal, o aumento das acções inspectivas e repressivas sobre as associações e os seus dirigentes, ou até a famigerada lei dos despejos levaram e levam a que várias colectividades sejam, por isso, obrigadas a fechar as suas portas.

A que se juntaram os cortes nos apoios (financeiros e técnicos) municipais às associações e colectividades, à inexistência de diálogo com as mesmas e mesmo ao seu tratamento como se fossem uma qualquer organização de carácter lucrativo. Não podendo deixar de se referir, por ser verdade, que as Juntas de Freguesia, de uma forma geral, mantiveram o diálogo e apoio às associações e colectividades que desenvolvem actividade nos seus territórios.

A CDU e o PCP sempre defenderam, tanto a nível nacional como local, que o movimento associativo popular tem de ser visto como uma prioridade para o desenvolvimento e melhoria de vida das populações. Na cidade do Porto, a CDU sempre apresentou propostas no sentido de melhorar o incremento e dinamização das associações e colectividades junto dos portuenses.

Exemplo disso são as várias iniciativas de debate que sempre promovemos e onde as colectividades são convidadas a participar e a partilhar os problemas existentes, mas também propostas como as que temos vindo a apresentar constantemente e que têm vindo a ser chumbadas ou simplesmente não praticadas pelas sucessivas maiorias da Câmara do Porto. De referir, a exemplo disso, que em 2014 na anterior maioria Rui Moreira/PS/CDS foi chumbada a nossa proposta de criação de um pelouro com a responsabilidade do movimento associativo e a criação de um Programa Municipal de Apoio ao Movimento Associativo Popular, mas também estas mesmas propostas foram anteriormente apresentadas em 2011 com Rui Rio e maioria PSD/CDS – altura em que, apesar da criação do Programa Municipal de Apoio ter sido aprovada- nunca foi posta em prática.

Há por isso a registar um desinteresse das sucessivas maiorias camarárias no apoio ao movimento associativo popular aqui na nossa cidade.

Iniciativas como a criação de um gabinete de Atendimento para as Associações, o estabelecimento de parcerias com clubes e associações populares, dotar as zonas residenciais, nomeadamente bairros municipais, de equipamentos desportivos de qualidade e gratuitos, incentivar a formação desportiva de crianças e jovens em colaboração com escolas, clubes desportivos e associações populares, entre outras, foram sempre preocupação da CDU e continuarão a ser enquanto não houver alterações significativas que permitam o melhoramento da intervenção das associações e colectividades na nossa cidade.

Esta nossa persistência, em coerência com os compromissos que assumimos com os eleitores e, em particular, com as associações e colectividades, teve, agora frutos: finalmente, e após várias tentativas, foi aprovada a proposta da CDU para a inscrição, no orçamento municipal para 2019, de uma verba de 400 mil euros para Apoio ao Associativismo Popular no Município do Porto. Deste modo, várias associações e colectividades poderão beneficiar de meios para melhorar a sua intervenção em prol das populações. Valorizamos, por isso, esta evolução positiva, mas assumimos também que ainda há muito trabalho e muitas melhorias que se podem efectivar, bastando que para isso haja vontade. Da nossa parte fica sempre a vontade expressa e o compromisso de que o movimento associativo será sempre uma das nossas prioridades pois consideramos que a sua dinamização é parte fundamental e imprescindível na melhoria das condições de vida das populações.

Considerando a importância do Movimento Associativo Popular para a sociedade, para as populações e as comunidades locais e o seu acesso à cultura, desporto, recreio e lazer e considerando o enorme conjunto de dirigentes e associados que voluntariamente dão vida ao Movimento Associativo Popular, importa que a sua acção e intervenção sejam e continuem a ser devidamente valorizadas.

Trabalhemos, pois, hoje e sempre em prol dessa valorização.

Porto, 14 de Janeiro de 2018

CDU cidade do Porto